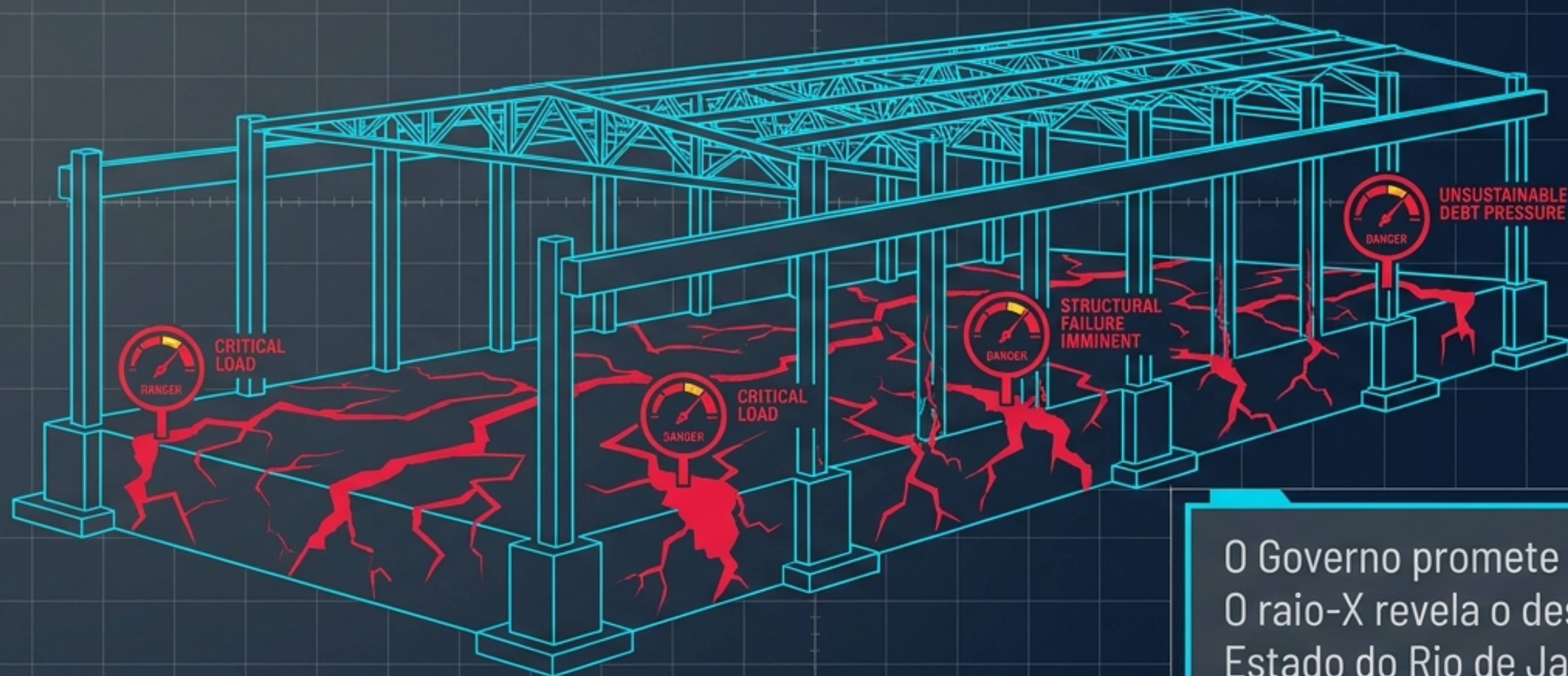


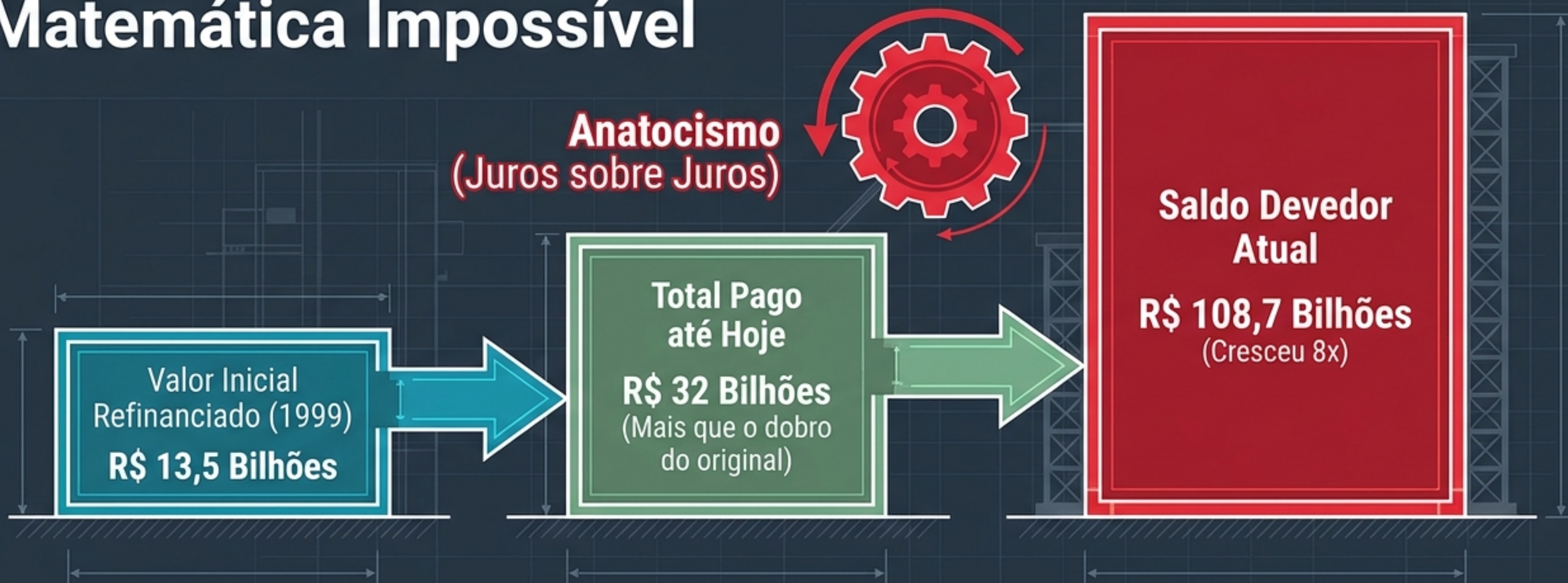
A Engenharia de uma Implosão Fiscal

Uma dissecação forense da Lei Complementar 212/2025 (PROPAG) sob a ótica da defesa do serviço público fluminense e da Auditoria Cidadã da Dívida.



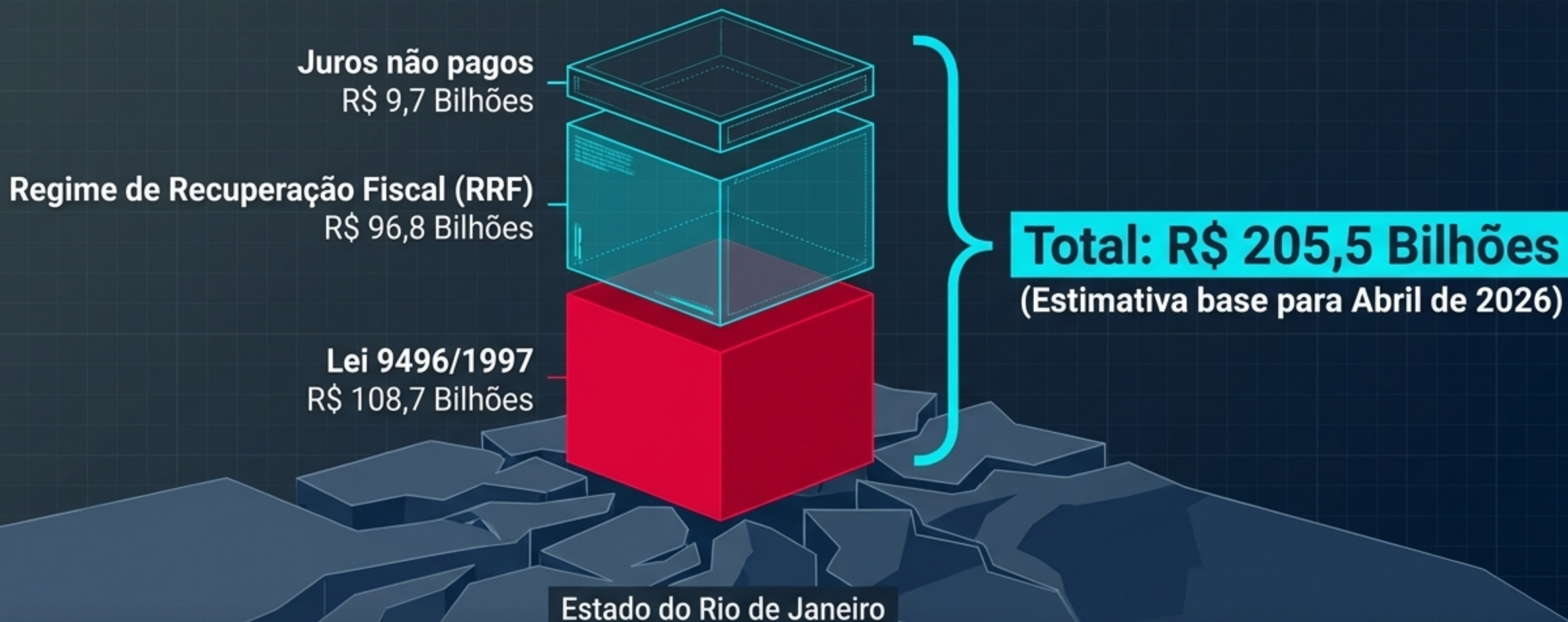
O Governo promete a salvação.
O raio-X revela o desmonte do
Estado do Rio de Janeiro.

O Paradoxo da Dívida e a Matemática Impossível



A capitalização composta (anatocismo), proibida pela Súmula 121 do STF, transformou uma dívida gerenciável em um buraco negro financeiro impossível de ser pago organicamente.

O Peso do Bote: O Estoque da Dívida a ser Consolidado



A Armadilha da Consolidação: 'Consolidar' significa que o Estado reconhece e aceita esse valor integral, cristalizando o passivo e encerrando em definitivo qualquer questionamento jurídico sobre a legalidade ou os juros abusivos embutidos.

Matriz de Diagnóstico: O Discurso Oficial vs. A Realidade Prática

A Promessa Oficial



Distribuição justa de riquezas e alívio financeiro.



Um modelo que premia a eficiência do Estado.



Gestão moderna, profissional e transparente.

O Raio-X Sindical



Centralização de poder. O Governo Federal usa o alívio como “cabresto” para forçar o ajuste estadual.

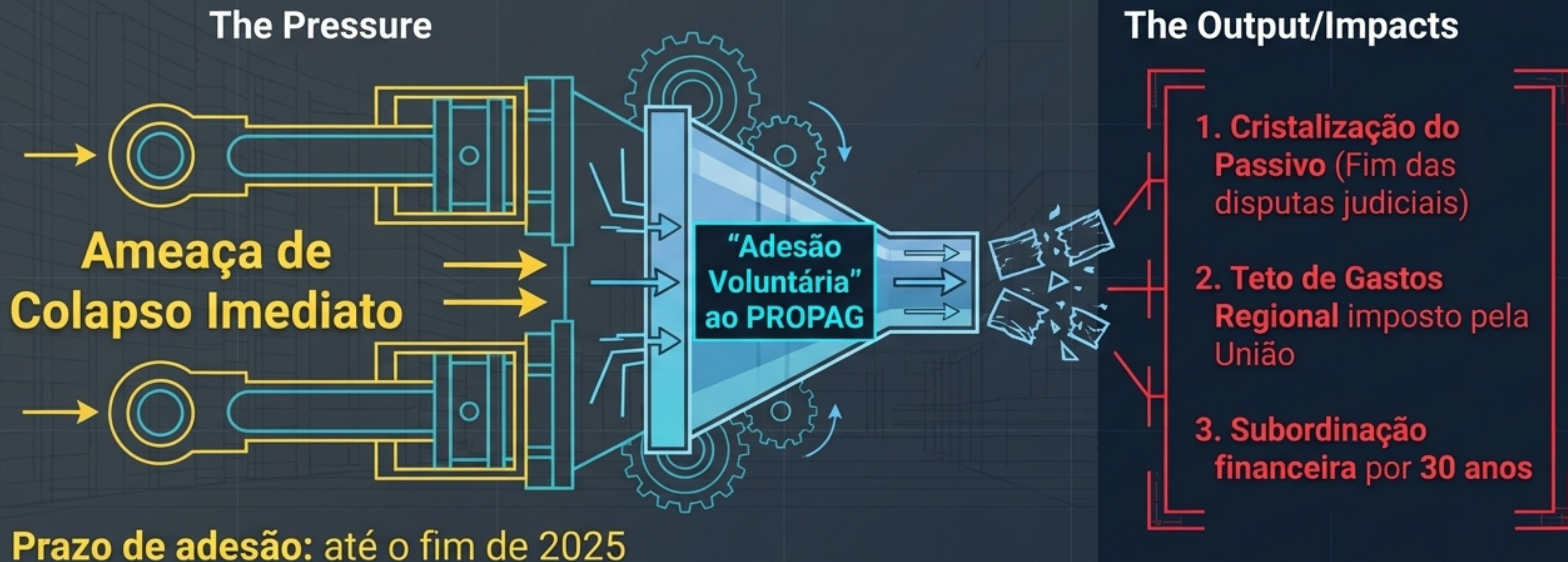


Arrocho profundo. Para o mercado, “eficiência” significa servidor sobrecarregado, salários congelados e ausência de concursos.



Dinheiro público migrando para fundos de natureza privada, fugindo do controle social e do alcance dos tribunais de contas.

A Mecânica da Coerção (Artigo 2º)



O Estado troca o colapso de curto prazo pela escravidão financeira perpétua.

O Cardápio da Despatrimonialização (Artigo 3º)



O Ilusionismo da Taxa Zero e o Confisco de Ativos (Artigo 5º)

Forensic Blueprint e & Technical Architecture

"Trade-off"



Pagamento de Resgate

Exige liquidar 20% da dívida imediatamente (Aprox. R\$ 41 Bilhões).
O método? Aceleração radical das privatizações.

Engessamento Secular

Compromete recursos e políticas públicas do Estado pelo prazo de 360 meses (10 governos futuros).

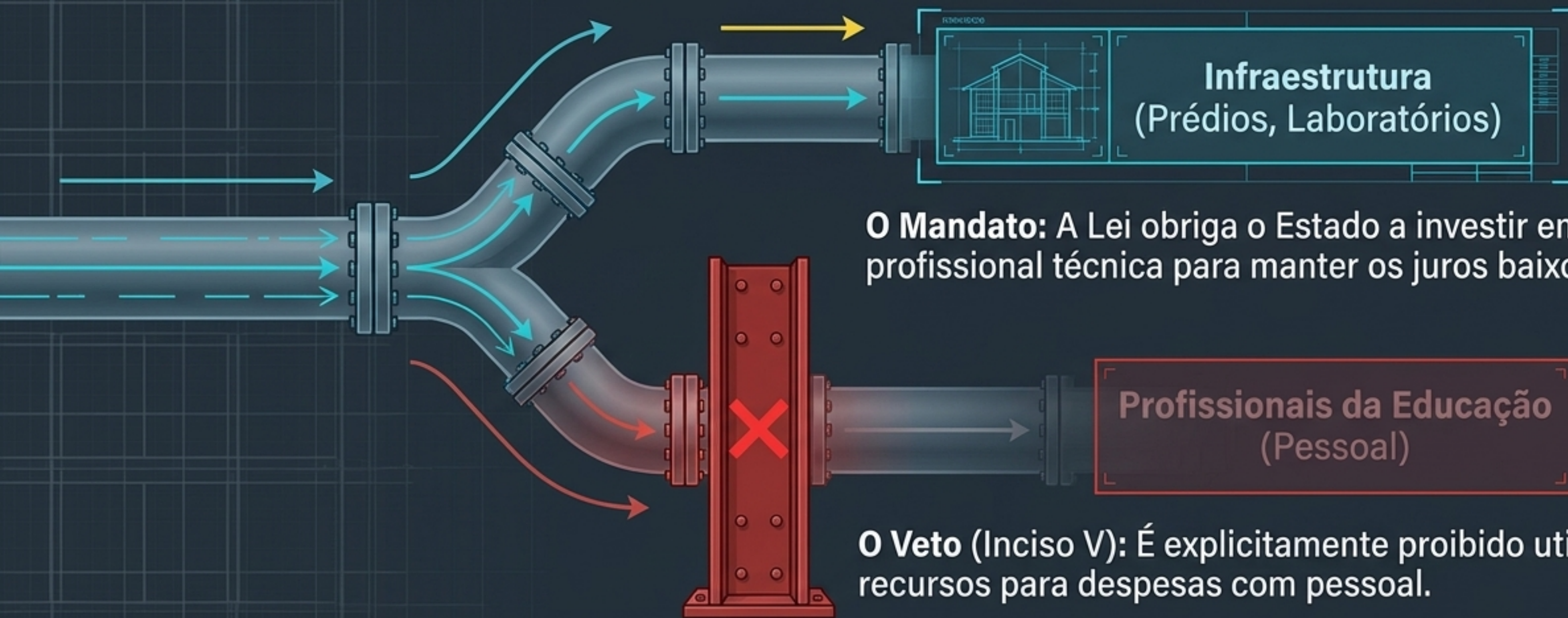


Espada de Dâmocles

A 'Espada de Dâmocles' (§ 2º, IX): O Risco de Retroatividade.

Se o Estado falhar nas exigentes metas do Ministério da Fazenda, a taxa de juros dispara automaticamente para 4% retroativamente. Risco fiscal absoluto e constante.

O Paradoxo da Educação Técnica e o “Concreto Vazio”



O Mandato: A Lei obriga o Estado a investir em educação profissional técnica para manter os juros baixos (§ 2º).

O Veto (Inciso V): É explicitamente proibido utilizar esses recursos para despesas com pessoal.

A Realidade Prática: O setor privado lucra construindo novos prédios escolares e vendendo equipamentos, mas o Estado fica legalmente impedido de contratar, valorizar, ou reajustar o salário dos professores que dão vida a essas instituições.

A Subordinação do Saber ao Capital: O Impacto na Sala de Aula



1. Educação por Resultados

O professor vira um "operário de metas". Baixo desempenho dos alunos = Risco de punição fiscal ao Estado (juros voltam a 4%). Pressão extrema para aprovações em massa.

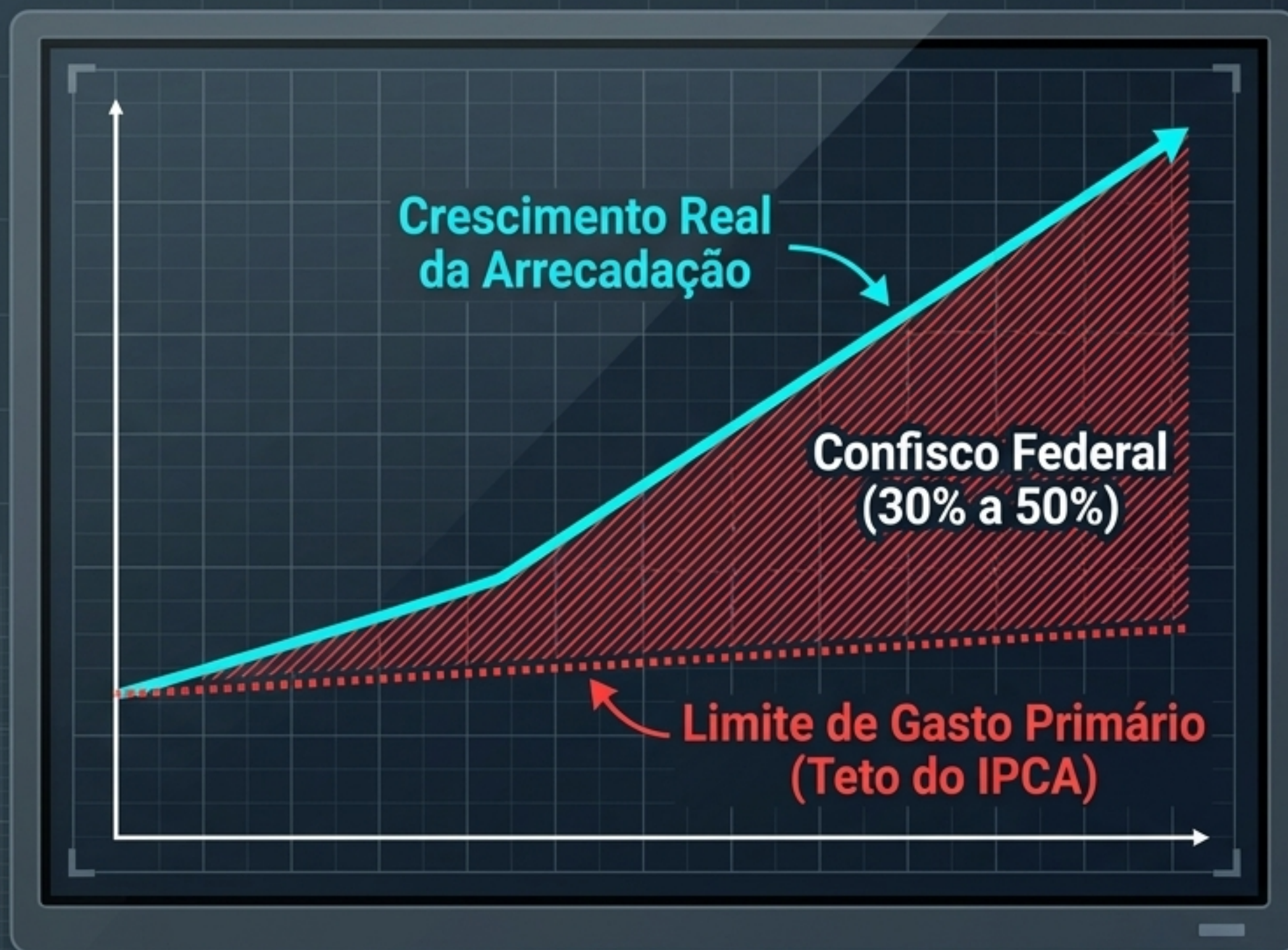
2. Sobrecarga Estrutural

Expansão de matrículas forçada sem novos concursos resulta em mais turmas por docente, contratos temporários precários e terceirização da força de trabalho.

3. Desvio de Função (Notório Saber)

Migração forçada de currículos. Professores da base comum pressionados a assumir currículo técnico por falta de profissionais especializados.

A Mordaça Fiscal e a Punição pela Eficiência (Artigo 7º)



A Regra da Estagnação

O crescimento das despesas estaduais primárias (salários, hospitais, segurança) fica limitado à variação da inflação (IPCA), independente do crescimento real da receita do RJ.

O Confisco da Eficiência

Se a arrecadação crescer e gerar superávit, o Governo Federal confisca até 50% ou 30% desse crescimento extra.

O Impacto no Servidor

Cria-se uma barreira jurídica impenetrável. Mesmo com dinheiro em caixa, o Estado será proibido de conceder reajustes reais, progressões de carreira ou cumprir pisos nacionais.

O Fundo de Equalização Federativa: Dinheiro Público, Natureza Privada

Recursos
Públicos
do Estado



Fuga da Transparência (Art. 9º, § 1º)

O Fundo ganha natureza privada, dificultando a fiscalização social e a atuação dos tribunais de contas.

Gestão de
Natureza
Privada

O Seguro do Patrão (§ 3º, 4º e 5º)

10% do fundo fica bloqueado para garantir operações de crédito e cobrir falhas de PPPs. É o Estado socializando o prejuízo para garantir o lucro privado.

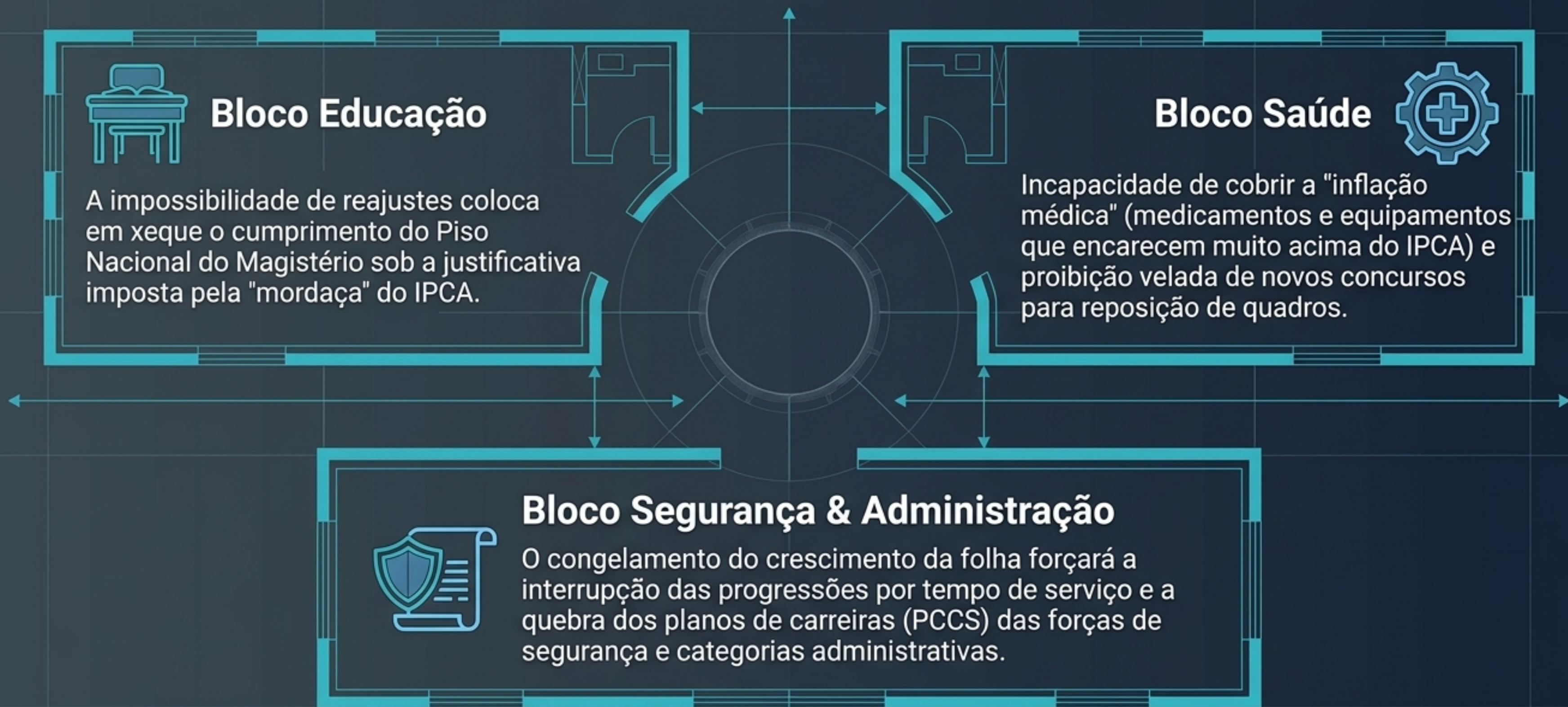
A Faca no Pescoço (§ 7º)

Se o Estado precisar usar o fundo e não conseguir repor, sofre bloqueios imediatos. A conta é repassada como corte na folha do servidor.

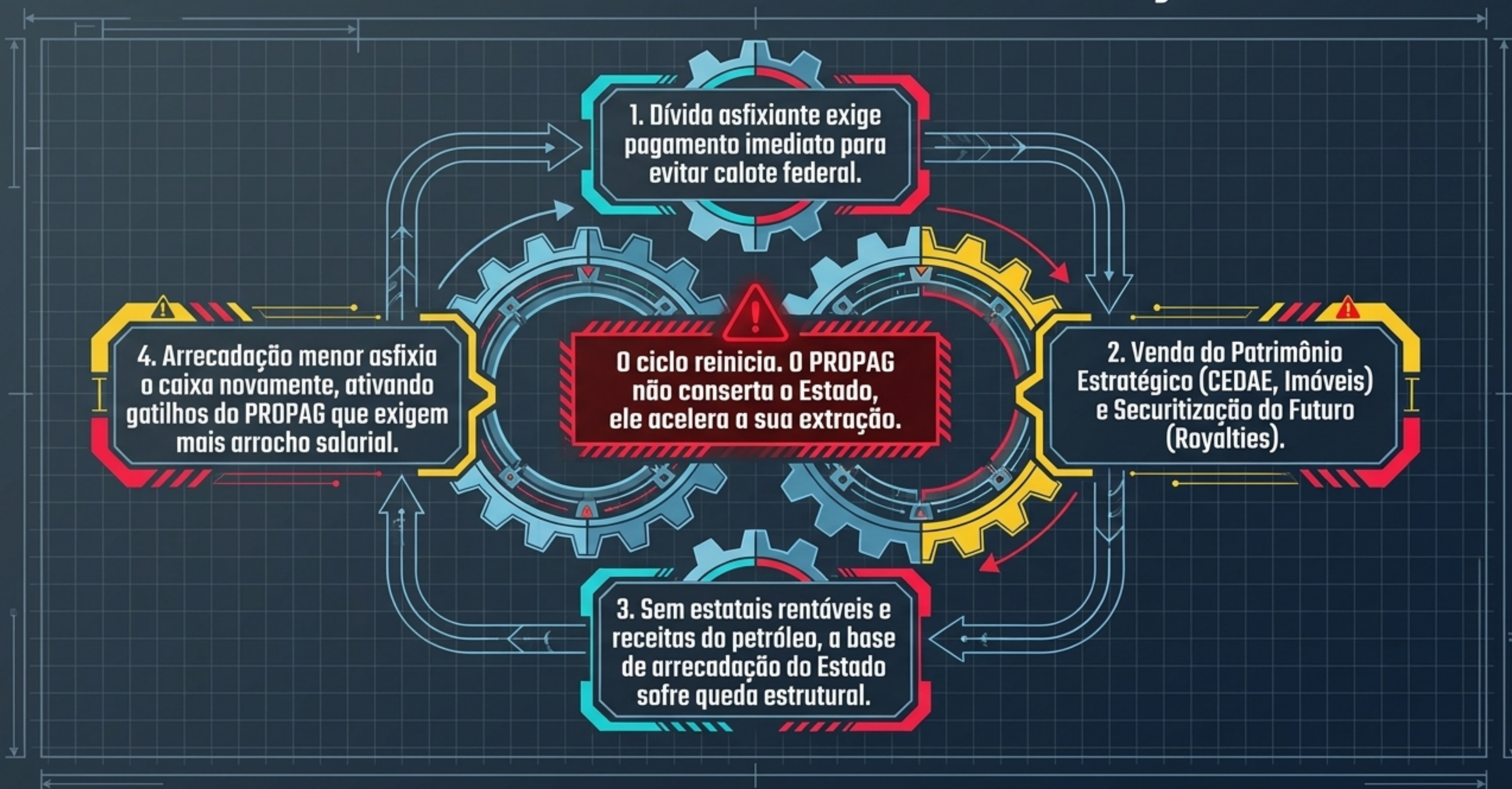
Parcerias
Público-Privadas
(PPP)



Quem Paga a Conta? O Raio-X do Impacto Setorial

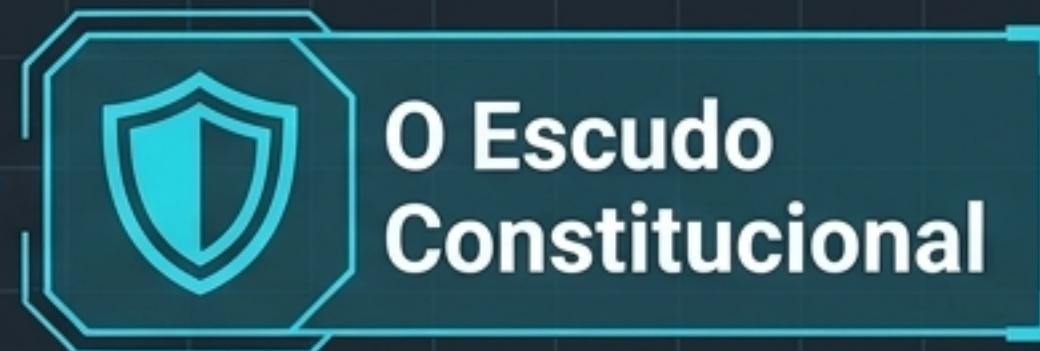


A Arquitetura do Colapso: O Ciclo de Retroalimentação do PROPAG



A Única Saída Técnica e Política: Auditoria da Dívida

**Adesão ao
PROPAG
(Ajuste Infinito)**



Cumprir a Lei Máxima, não o Acordo Temporário

A Constituição do Estado do RJ (Art. 36 do ADCT) e a Constituição Federal (Art. 26 do ADCT) exigem a realização da Auditoria da Dívida com ampla participação popular.

Decisão Política vs. Inevitabilidade Matemática

O saldo impagável não é uma força da natureza, mas o resultado de juros ilegais (Súmula 121). A repactuação deve focar na legalidade dos valores, não na venda de estatais.

Transparência Antes da Entrega

Exigir transparência absoluta antes da entrega irrecuperável do patrimônio das gerações fluminenses.

O Ajuste Não Pode Ser o Fim do Estado

O PROPAG não é uma salvação orgânica. É a terceirização do colapso do Estado para o sistema financeiro.



O sacrifício não pode recair exclusivamente sobre o contracheque do servidor e o cidadão na fila dos serviços essenciais.



Exigimos barrar o veto aos gastos com pessoal na expansão da educação pública.



Exigimos a suspensão imediata da capitalização composta (anatocismo).

Informe-se. Mobilize-se. Acompanhe a Auditoria Cidadã da Dívida - Núcleo RJ e o movimento sindical na defesa do Rio de Janeiro.